

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 5 – Política e Economia da Informação

ENTRE BARREIRAS E POTENCIAIS: FATORES DETERMINANTES PARA ADOÇÃO DE DADOS ABERTOS EM UNIVERSIDADES

BETWEEN BARRIERS AND POTENTIALS: DETERMINANTS OF OPEN DATA ADOPTION IN UNIVERSITIES

Kátia Santiago Ventura Lucena – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Sandra de Albuquerque Siebra – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: este artigo apresenta os principais resultados da análise empírica realizada junto a responsáveis institucionais pela disponibilização de Dados Governamentais Abertos (DGA) em universidades federais brasileiras. A pesquisa integrou uma tese de doutorado e teve como objetivo identificar os fatores que influenciam a adoção dos DGA, com base no modelo teórico UTAUT (*Unified Theory of Acceptance and Use of Technology*), adaptado ao contexto da administração pública universitária. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário aplicado a 43 respondentes de distintas universidades federais. A Análise Fatorial Exploratória revelou uma estrutura com quatro fatores: Expectativa de Desempenho (ED), Facilidade Percebida (FP), Capacitação e Suporte Institucional (CSI) e Influência Social (IS), com elevada consistência interna ($\alpha = 0,861$). Trata-se de um achado original, pois a dimensão teórica de esforço foi decomposta em dois fatores distintos (FP e CSI), refletindo a complexidade do ambiente universitário público. Os resultados indicam que os fatores mais associados à adoção dos DGA foram Facilidade Percebida e Capacitação e Suporte Institucional. Também foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre universidades com e sem Plano de Dados Abertos vigente, especialmente nos aspectos operacionais, demonstrando que planejamento, infraestrutura e capacitação são condições essenciais para consolidar a política. Os achados reforçam a importância de políticas institucionais estruturadas, investimentos em infraestrutura e capacitação continuada como condições essenciais para consolidar a cultura da transparência ativa no ensino superior público brasileiro.

Palavras-chave: dados governamentais abertos; UTAUT; universidades federais; transparência pública; política da informação.

Abstract: this article presents the results of a study carried out with institutional officers responsible for the implementation of Open Government Data (OGD) policies in Brazilian federal universities. The objective was to identify the factors influencing the adoption of this policy, based on the Unified Theory of Acceptance and Use of Technology (UTAUT), adapted to the public university administration context. Data were collected through a questionnaire answered by 43 participants from different institutions. Exploratory Factor Analysis revealed a structure with four factors: Performance Expectancy (ED), Perceived Ease (FP), Institutional Support and Capacity (CSI), and Social Influence (IS), with high internal consistency ($\alpha = 0.861$). This represents an original contribution, since the theoretical dimension of effort was decomposed into two distinct factors (FP and CSI), reflecting the complexity

of the public university environment. The results indicate that the factors most strongly associated with OGD adoption were Perceived Ease and Institutional Support and Capacity. Statistically significant differences were also found between universities with and without a current Open Data Plan (PDA), especially in operational dimensions, showing that planning, infrastructure, and staff training are essential conditions for consolidating this policy. These findings highlight the importance of structured institutional policies and continuous investment as means to strengthen proactive transparency, foster public oversight, and consolidate a culture of information governance in Brazilian higher education.

Keywords: open government data; UTAUT; federal universities; public transparency; information policy.

1 INTRODUÇÃO

A crescente demanda por transparência e *accountability* no setor público brasileiro tem colocado os Dados Governamentais Abertos (DGA) no centro das discussões sobre inovação institucional, acesso à informação e controle social. A promulgação da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), consolidou o direito de acesso amplo às informações públicas, impulsionando a adoção de políticas voltadas à abertura de dados pelas instituições públicas (Brasil, 2011).

Paralelamente, o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e o crescimento exponencial da produção de dados demandaram novas formas de gestão informacional, compatíveis com os princípios da interoperabilidade, reuso e transparência. Nesse cenário, o Decreto nº 8.777/2016 instituiu a Política de Dados Abertos no âmbito do Poder Executivo Federal, definindo diretrizes para a disponibilização de dados em formatos abertos, processáveis por máquina e acessíveis a todos os cidadãos (Brasil, 2016).

Os DGAs assumem papel estratégico na promoção da transparência ativa e no fortalecimento do controle social, permitindo que pesquisadores, jornalistas, gestores e cidadãos analisem informações, avaliem políticas e proponham melhorias baseadas em evidências (Albano; Craveiro, 2015; Janssen *et al.*, 2012). Além de ampliar a *accountability*, os dados abertos geram valor público ao estimular a inovação, a colaboração interinstitucional e a cultura democrática.

Apesar dos avanços normativos, a abertura de dados nas universidades federais ainda enfrenta barreiras estruturais (infraestrutura tecnológica limitada), organizacionais (baixa institucionalização da política) e humanas (déficit de capacitação). A existência ou ausência de Planos de Dados Abertos (PDA) torna-se, assim, um indicador relevante do grau de maturidade institucional nesse campo.

Nesse contexto, compreender os fatores que influenciam a adoção dos DGAs nas universidades federais é um passo fundamental para subsidiar políticas institucionais mais assertivas, promover ambientes favoráveis à transparência e estimular o cumprimento das normativas de governo aberto. Ainda que haja estudos sobre dados abertos em nível nacional, poucos abordam o contexto das instituições de ensino superior, especialmente sob a ótica dos agentes responsáveis por sua implementação (Aleixo, 2020).

Diante disso, este artigo apresenta os resultados da análise empírica de uma pesquisa que investigou os fatores determinantes para a adoção dos DGA em universidades federais brasileiras, a partir da percepção dos servidores responsáveis por operacionalizar essa política em suas instituições. Para tanto, foi utilizado como referencial teórico o modelo UTAUT (*Unified Theory of Acceptance and Use of Technology*), adaptado ao contexto da administração universitária pública. A aplicação do modelo revelou uma contribuição metodológica inédita: a decomposição da dimensão “Expectativa de Esforço” em dois fatores empiricamente distintos, Facilidade Percebida (FP) e Capacitação e Suporte Institucional (CSI), sensíveis às especificidades do ambiente universitário.

A pesquisa integra uma tese de doutorado em Ciência da Informação e adota uma abordagem quanti-qualitativa, exploratória e aplicada. Por meio da aplicação de um questionário estruturado, os dados foram coletados junto a servidores de 43 universidades federais. A partir de técnicas de Análise Fatorial Exploratória (AFE), foram identificados os fatores latentes que caracterizam as percepções institucionais e operacionais sobre a adoção dos DGA.

Ao evidenciar os condicionantes da política de dados abertos no âmbito das universidades federais, este estudo busca contribuir para o aprimoramento da gestão da informação pública, subsidiar processos decisórios e fortalecer a cultura da transparência no ensino superior público brasileiro. Ao articular tais dimensões à agenda de direitos de acesso à informação e *accountability*, a pesquisa evidencia que a adoção de DGA no ensino superior é também uma política social de informação, com efeitos concretos para a sociedade.

2 DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS

A disponibilização de dados governamentais abertos (DGA) constitui uma política pública voltada à promoção da transparência ativa, ao fortalecimento do controle social e à democratização do acesso à informação pública. De acordo com a definição da *Open*

Knowledge Foundation (2021), dados abertos são aqueles que podem ser livremente acessados, utilizados, modificados e compartilhados, sem restrições de *copyright*, patentes ou outros mecanismos de controle.

No Brasil, o marco normativo para os DGA foi estabelecido pelo Decreto nº 8.777/2016, que instituiu a Política de Dados Abertos da Administração Pública Federal (Brasil, 2016). O decreto obriga os órgãos e entidades públicas a elaborarem Planos de Dados Abertos (PDAs), contendo cronogramas e metas para a disponibilização de bases de dados em formato aberto, legível por máquina, não proprietário e de acesso irrestrito.

Os DGA viabilizam uma ampla gama de usos secundários, como pesquisas acadêmicas, inovação tecnológica e monitoramento de políticas públicas, sendo reconhecidos como instrumentos de eficiência administrativa, integridade pública e participação cidadã (Janssen *et al.*, 2012). Assim, mais do que imperativo legal, os DGA configuram uma estratégia de governança informacional que exige arranjos institucionais, padronização, interoperabilidade e mecanismos de mediação voltados ao reuso social dos dados (Albano; Craveiro, 2015).

Do ponto de vista da Ciência da Informação, a abertura de dados integra o escopo das políticas de informação, articulando normativas, infraestrutura e práticas de gestão para viabilizar a produção, organização, circulação e uso da informação pública. Contudo, sua consolidação depende de capacidades organizacionais, recursos adequados e processos de gestão que enfrentem desafios persistentes como infraestrutura limitada, resistência institucional, baixa maturidade digital e lacunas de capacitação técnica (Aleixo, 2020).

No contexto das universidades federais, os DGAs assumem um papel duplamente estratégico: por um lado, respondem às exigências legais e princípios constitucionais de publicidade; e, por outro, potencializam a produção e circulação do conhecimento público. Assim, compreender os fatores que influenciam a adoção dos DGA nesse ambiente é essencial para promover práticas de governança aberta no ensino superior.

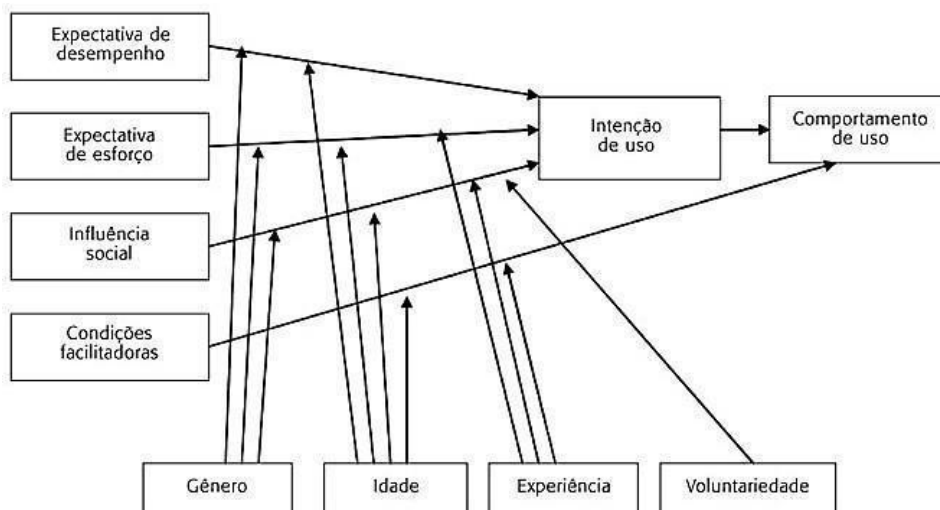
3 MODELO UTAUT E SUA APLICAÇÃO NA PESQUISA

A Teoria Unificada de Aceitação e Uso de Tecnologia (UTAUT), proposta por Venkatesh *et al.* (2003), busca explicar a intenção de adoção e o uso efetivo de tecnologias em ambientes organizacionais. O modelo sintetiza oito teorias anteriores sobre aceitação tecnológica, consolidando quatro construtos centrais:

- **Expectativa de Desempenho** (*Performance Expectancy*): O grau em que um indivíduo acredita que usar o sistema irá ajudá-lo a obter ganhos de desempenho.
- **Expectativa de Esforço** (*Effort Expectancy*): O grau de facilidade associado ao uso do sistema.
- **Influência Social** (*Social Influence*): O grau em que um indivíduo percebe que outras pessoas importantes acreditam que ele deve usar o novo sistema.
- **Condições Facilitadoras** (*Facilitating Conditions*): O grau em que um indivíduo acredita que existe uma infraestrutura organizacional e técnica para dar suporte ao uso do sistema.

Esses construtos são moderados por quatro variáveis: gênero, idade, experiência prévia e voluntariedade de uso, compondo o esquema representado na Figura 1 (Venkatesh *et al.*, 2003).

Figura 1 – Representação esquemática do modelo UTAUT



Fonte: Venkatesh *et al.* (2003).

A Figura 1 mostra as relações colocadas pelo modelo UTAUT entre os constructos-chave e os moderadores. De forma sintética, a **intenção de uso** de um determinado sistema ou tecnologia é influenciada pelos construtos *expectativa de desempenho*, *expectativa de esforço* e *influência social*. Essa intenção de uso, juntamente com as *condições facilitadoras*, é determinante para o uso propriamente dito.

O modelo consolidou-se como referência em pesquisas aplicadas, sobretudo pela operacionalização via questionários estruturados com itens em escala Likert, permitindo

adaptações a contextos diversos — do setor público à saúde, educação e organizações privadas (Oliveira; Faria; Lopes, 2021; Williams *et al.*, 2015).

No presente estudo, o UTAUT foi adotado como referencial teórico e instrumental para investigar os fatores que influenciam a adoção dos DGAs em universidades federais. As Condições Facilitadoras foram consideradas apenas conceitualmente, dado que o foco recaiu sobre a intenção de adoção. Essa escolha buscou alinhar o modelo à análise das percepções e práticas dos servidores responsáveis pela implementação da política, situando-o no campo da Ciência da Informação, onde a aceitação tecnológica se articula a temas como governança da informação, transparência e *accountability*.

4 METODOLOGIA

Conforme a classificação proposta por Vergara (1997), esta pesquisa enquadra-se, quanto aos fins, como exploratória, descritiva e aplicada. É exploratória por abordar um tema ainda pouco explorado no contexto das universidades federais brasileiras; descritiva, por identificar e analisar percepções dos sujeitos envolvidos na adoção dos Dados Governamentais Abertos (DGA); e aplicada, por visar à resolução de problemas práticos relacionados à implementação de políticas públicas de dados abertos. Quanto aos meios, a investigação combinou pesquisa bibliográfica e levantamento, utilizando literatura científica e normativa como suporte teórico, além da coleta de dados primários por questionário.

A abordagem metodológica adotada foi quali-quantitativa, permitindo a análise integrada de dados objetivos e percepções subjetivas. A vertente qualitativa esteve presente na revisão teórica e na interpretação crítica dos resultados. Já a abordagem quantitativa se expressou na elaboração e aplicação de um instrumento estruturado de coleta de dados, bem como nas análises estatísticas realizadas.

O modelo teórico adotado como base para a construção do instrumento foi o UTAUT (*Unified Theory of Acceptance and Use of Technology*), de Venkatesh *et al.* (2003), que orientou a formulação de hipóteses sobre fatores determinantes da adoção dos DGA. Os construtos Expectativa de Desempenho, Expectativa de Esforço e Influência Social foram operacionalizados em variáveis mensuráveis; já as Condições Facilitadoras foram discutidas conceitualmente, dado que o foco analítico concentrou-se na intenção de adoção.

O instrumento de coleta de dados foi estruturado em 21 itens, sendo 5 questões sociodemográficas e 16 avaliativas em escala Likert de 5 pontos (discordo totalmente –

concordo totalmente). Os itens foram adaptados de estudos prévios que aplicaram o UTAUT, ajustados às especificidades da política de dados abertos. O questionário foi submetido a pré-teste para aferição de clareza e pertinência e validado estatisticamente por meio de Análise Fatorial Exploratória (AFE). A estrutura fatorial apresentou resultados satisfatórios (KMO = 0,675, teste de esfericidade de Bartlett $\chi^2(120) = 700,049$; $p < 0,001$), com extração pelo Minimum Rank Factor Analysis - MRFA e rotação *oblimin*. A confiabilidade interna foi confirmada pelo alfa de Cronbach, com coeficientes superiores a 0,80, o que evidencia elevada consistência interna entre os itens que os compõem.

A coleta de dados ocorreu entre janeiro e março de 2025, por meio de questionário eletrônico enviado a responsáveis institucionais pela política de dados abertos em universidades federais, incluindo representantes de pró-reitorias, setores de tecnologia da informação, planejamento e governança digital. Ao todo, foram obtidas 43 respostas válidas, abrangendo diferentes regiões do país e perfis organizacionais. O estudo seguiu procedimentos éticos institucionais, com consentimento informado e anonimização das respostas.

A etapa seguinte da pesquisa consistiu na análise estatística dos dados, com a identificação dos fatores latentes e a comparação de escores entre instituições com e sem Plano de Dados Abertos vigente. Essas análises visaram verificar, empiricamente, a validade das hipóteses formuladas a partir do modelo teórico.

5 CONSTRUÇÃO DO QUESTIONÁRIO E DAS HIPÓTESES

Com base no modelo teórico adaptado do UTAUT, esta pesquisa formulou hipóteses destinadas a identificar os fatores que influenciam a adoção dos Dados Governamentais Abertos (DGA) em universidades federais brasileiras. A operacionalização desses construtos ocorreu por meio de questionário estruturado, elaborado a partir de instrumentos validados na literatura e adaptado ao contexto institucional analisado.

Foram considerados três construtos principais: **Expectativa de Desempenho (ED)**, **Expectativa de Esforço (EE)** e **Influência Social (IS)**, além dos moderadores **idade** e **experiência** com dados abertos, conforme proposto por Venkatesh *et al.* (2003).

As Condições Facilitadoras foram excluídas da mensuração por se relacionarem ao uso efetivo, e não à intenção de adoção, foco central deste estudo. Da mesma forma, os moderadores **gênero** e **voluntariedade de uso** foram suprimidos, respectivamente, por

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

ausência de relevância empírica em estudos preliminares e pela obrigatoriedade legal da política de dados abertos em instituições públicas. Apesar de não integrarem a mensuração, tais elementos são discutidos teoricamente para contextualização do modelo.

Cada construto foi representado por um conjunto de itens avaliados em escala Likert de cinco pontos (1 = discordo totalmente; 5 = concordo totalmente).

A **Expectativa de Desempenho (ED)** refere-se à percepção de que a disponibilização dos DGA contribui para a transparência, visibilidade institucional e qualidade da gestão e da pesquisa. A hipótese **H1a** propõe que *maior percepção de desempenho aumenta a intenção de adoção*, sendo moderada pela idade (**H1b**), *sendo mais forte entre servidores mais jovens*.

A **Expectativa de Esforço (EE)** aborda a percepção de facilidade ou dificuldade na adoção dos DGA, considerando aspectos técnicos, normativos e operacionais. A hipótese **H2a** indica que *uma maior percepção de esforço reduz a intenção de disponibilizar dados*. As hipóteses **H2b** e **H2c** propõem que *essa relação é influenciada pela idade e pela experiência, respectivamente, sendo o impacto mais acentuado entre servidores mais velhos e/ou com menor vivência prática com dados abertos*.

A **Influência Social (IS)** refere-se ao grau de influência percebida por parte de colegas, lideranças e da comunidade acadêmica na decisão de adotar os DGA. A hipótese **H3a** postula que *a influência social tem impacto positivo na intenção de adoção*. Já as hipóteses **H3b** e **H3c** tratam da *moderação dessa relação pela idade e pela experiência, sendo mais forte entre servidores mais velhos ou com menor familiaridade com a temática*.

O questionário foi composto por 21 itens, sendo 16 itens avaliativos em escala Likert (associados às dimensões teóricas) e 5 itens sociodemográficos, conforme o Quadro 1. Antes de sua aplicação, o instrumento passou por pré-teste com pós-graduandos da área, resultando em ajustes terminológicos e aprimoramento da clareza dos enunciados.

Quadro 1 - Definições adaptadas para os constructos-chave do questionário da pesquisa

1 - INFORMAÇÕES ACERCA DO RESPONDENTE: <i>Refere-se à identificação dos moderadores-chave</i>	Hipóteses
1.1 - Qual é a sua idade?	H1b; H2b; H3b
1.2 - Qual sua formação acadêmica?	H2c; H3c
1.3 - Qual cargo/função ocupa na instituição?	H2c; H3c
1.4 - Há quanto tempo trabalha com dados abertos?	H2c; H3c
1.5 - Você acumula outras atribuições além do trabalho com dados abertos na instituição?	H2c; H3c

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

2 - EXPECTATIVA DE DESEMPENHO: <i>Refere-se à percepção dos responsáveis de que a adoção dos dados governamentais abertos (DGA) contribuirá para a melhoria da transparência, participação social, inovação, qualidade da pesquisa e visibilidade da instituição.</i>	Hipóteses
2.1 - Considero que a divulgação de dados abertos é útil para a melhoria na transparência e na prestação de contas da minha instituição.	H1a
2.2 - Acredito que a divulgação de dados abertos tem um impacto positivo na qualidade da pesquisa e inovação em nossa universidade.	H1a
2.3 - Considero que a divulgação de dados abertos aumenta a visibilidade da minha instituição na comunidade acadêmica.	H1a
3 - EXPECTATIVA DE ESFORÇO: <i>Refere-se à percepção dos responsáveis sobre a facilidade ou dificuldade envolvida no processo de adoção de práticas de dados abertos, incluindo aspectos técnicos, recursos financeiros, treinamento necessário, requisitos legais e complexidade operacional.</i>	Hipóteses
3.1 - A disponibilização de dados abertos na minha instituição é fácil e não requer processos complexos.	H2a
3.2 - Considero fácil a aprendizagem das ferramentas e técnicas necessárias para a divulgação de dados abertos.	H2a
3.3 - Eu tenho infraestrutura técnica e as ferramentas disponíveis adequadas para a divulgação de dados abertos.	H2a
3.4 - Eu tenho o conhecimento necessário para disponibilizar dados abertos de minha instituição.	H2a
3.5 - Eu posso conseguir suporte técnico e treinamento adequado para a divulgação de dados abertos.	H2a
3.6 - A equipe responsável por articular a política de dados abertos em minha instituição é suficiente.	H2a
3.7 - Considero fácil alocar recursos financeiros para viabilizar a disponibilização dos dados abertos em minha instituição.	H2a
3.8 - Considero a legislação nacional sobre dados abertos clara e específica.	H2a
3.9 - Entendo claramente a regulamentação interna de minha instituição sobre a política de dados abertos.	H2a
4 - INFLUÊNCIA SOCIAL: <i>Refere-se à percepção da influência que colegas e líderes institucionais exercem sobre a decisão de adotar práticas de dados abertos. Isso inclui o apoio, incentivo e diretrizes vindas desses atores.</i>	Hipóteses
4.1 - A alta administração da minha instituição apoia a divulgação de dados abertos em minha universidade.	H3a
4.2 - A comunidade acadêmica é engajada nas políticas de dados abertos de minha instituição.	H3a
4.3 - Os outros setores da universidade são engajados na prática de disponibilização de dados abertos.	H3a
4.4 - De modo geral, minha instituição apoia a disponibilização dos dados abertos.	H3a

Fonte: Dados da pesquisa, adaptado de Venkatesh *et al.* (2003).

A coleta de dados foi realizada de forma eletrônica, entre janeiro e março de 2025, por meio de envio via e-SIC e e-mails institucionais direcionados aos responsáveis pela política de dados abertos nas universidades federais. O questionário foi respondido integralmente por 43 representantes institucionais, cujas informações subsidiaram as análises estatísticas apresentadas na seção seguinte.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos questionários aplicados em 43 universidades federais brasileiras permitiu identificar os fatores que influenciam a adoção dos Dados Governamentais Abertos (DGA) à luz do modelo UTAUT adaptado. Os resultados são apresentados em quatro eixos: descrição

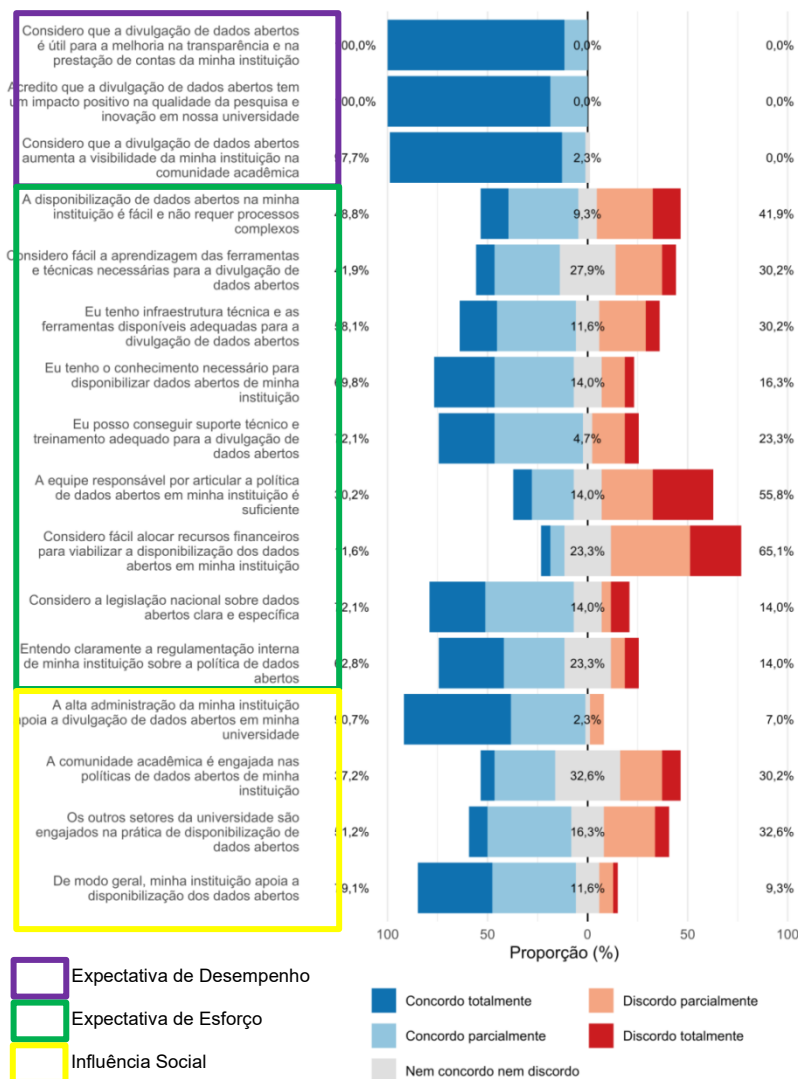
**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

descritiva, validação estatística, comparação entre instituições com e sem Plano de Dados Abertos (PDA) e discussão crítica com implicações teóricas e práticas. Essa estrutura visa oferecer uma leitura progressiva que parte dos achados descritivos até a sua interpretação no campo da Ciência da Informação.

6.1 Resultados descritivos

A análise estatística dos dados coletados por meio do questionário estruturado, respondido por servidores responsáveis pela política de dados abertos em 43 universidades federais brasileiras, permitiu identificar empiricamente os fatores que influenciam a adoção dos Dados Governamentais Abertos (DGA), segundo o modelo UTAUT adaptado. Esses resultados estão representados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Respostas, em escala Likert, às proposições referentes à percepção sobre DGAs



Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

No fator **Expectativa de Desempenho**, os resultados revelam um elevado reconhecimento dos benefícios da política de DGA: cerca de 90% dos respondentes concordaram total ou parcialmente que os dados abertos contribuem para a transparência, a inovação e a visibilidade institucional. Essa percepção demonstra alinhamento estratégico com os princípios da transparência ativa.

Entretanto, em relação à **Expectativa de Esforço**, emergem entraves importantes. Apenas 48,8% consideram simples o processo de disponibilização dos DGA, e pouco mais de 40% percebem facilidade de aprendizado técnico, enquanto percentuais semelhantes discordam. A infraestrutura é vista como suficiente por 58,1%, mas 30,2% relatam limitações. Os maiores desafios concentram-se na composição das equipes responsáveis (apenas 30,2% as consideram adequadas, frente a 55,8% em discordância) e na alocação de orçamento, onde 65,1% apontam ausência de condições favoráveis.

No campo normativo, 72,1% afirmam compreender bem a legislação nacional, mas apenas 62,8% demonstram clareza sobre normas internas, havendo ainda 14% que relatam dificuldades interpretativas. Esses resultados indicam necessidade de maior comunicação normativa dentro das universidades.

Quanto à **Influência Social**, observa-se forte apoio da alta administração (90,7%), mas baixa adesão da comunidade acadêmica (37,2%) e de outros setores institucionais (51,2%). Essa discrepância sinaliza apoio formal da gestão, ainda não acompanhado de mobilização ampla.

Em síntese, os resultados descritivos evidenciam um cenário de reconhecimento expressivo quanto à relevância dos DGA, mas também de persistentes fragilidades estruturais e operacionais. Tal cenário confirma o quadro descrito por Janssen *et al.* (2012): a agenda de *open data* reúne narrativas de benefícios, mas esbarra em restrições institucionais que limitam sua adoção efetiva.

Esses achados iniciais orientam a etapa seguinte da análise, em que os fatores latentes são validados estatisticamente, permitindo avançar da descrição das percepções para a consolidação de dimensões analíticas mais robustas.

6.2 Validação estatística e moderadores

A Análise Fatorial Exploratória (AFE), com extração MRFA e rotação *oblimin*, indicou a necessidade de decompor o construto Expectativa de Esforço em dois fatores distintos, o que resultou na definição de quatro fatores latentes com alta consistência interna ($\alpha = 0,861$): Expectativa de Desempenho (ED), Facilidade Percebida (FP), Capacitação e Suporte Institucional (CSI) e Influência Social (IS). Essa decomposição evidencia a complexidade do ambiente universitário, que exige distinções entre obstáculos de ordem tecnológica (usabilidade, infraestrutura) e institucional (equipes, suporte, normativas).

A análise dos moderadores apontou que a idade influencia negativamente a percepção de desempenho: respondentes acima de 60 anos demonstraram menor concordância quanto aos benefícios dos DGA ($p = 0,0251$). Já a experiência prática com dados abertos mostrou correlação positiva com Facilidade Percebida e Capacitação e Suporte Institucional, evidenciando que a vivência profissional aumenta a percepção de clareza e suporte.

Do ponto de vista teórico, tal estrutura contribui para os estudos em Política e Economia da Informação ao diferenciar dimensões operacionais e institucionais na percepção de esforço, sugerindo um refinamento analítico do modelo UTAUT no setor público.

6.3 Comparação entre grupos com e sem PDA

A comparação entre instituições com e sem Plano de Dados Abertos (PDA) evidenciou diferenças significativas nos fatores Facilidade Percebida ($p = 0,010$) e Capacitação e Suporte Institucional ($p = 0,014$). Isso indica que a existência de PDA reflete um ambiente organizacional mais preparado, com maior clareza normativa, suporte técnico e capacidade instalada.

Por outro lado, os fatores Expectativa de Desempenho e Influência Social apresentaram escores elevados em ambos os grupos, mas sem significância estatística. Ou seja, ainda que os benefícios da política sejam amplamente reconhecidos e haja apoio institucional formal, esses elementos não se traduzem automaticamente em condições efetivas de adoção.

A comparação entre grupos revelou que a existência de PDA vigente está associada a condições mais favoráveis de clareza normativa, suporte e capacitação. Esse resultado reforça a importância do planejamento como variável estratégica, criando as condições institucionais necessárias para superar obstáculos e consolidar práticas efetivas de dados abertos.

6.4 Discussão e implicações

Os resultados revelam um paradoxo central: há consenso sobre a relevância e benefícios dos DGA, mas persistem barreiras estruturais, operacionais e culturais que comprometem sua adoção efetiva. Superar esse descompasso requer políticas institucionais robustas, que combinem planejamento estratégico, alocação de recursos, capacitação contínua e mobilização da comunidade universitária.

Do ponto de vista social, a pesquisa mostra que a adoção dos DGA nas universidades transcende o aspecto técnico: traduz-se em ganhos mensuráveis de transparência, redução de assimetrias de informação e fortalecimento do controle social. Nesse sentido, a governança da informação em instituições públicas de ensino superior se apresenta como vetor estratégico para democratização da informação, inovação e justiça social.

Em termos teóricos, o modelo UTAUT adaptado se revelou apropriado ao contexto universitário, permitindo mapear com precisão os fatores que influenciam a intenção de adoção de DGA. Os achados reforçam a importância de análises que considerem as especificidades institucionais do setor público, oferecendo subsídios para políticas mais efetivas de informação e governança universitária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciaram que a adoção dos Dados Governamentais Abertos (DGA) nas universidades federais brasileiras depende, sobretudo, de fatores operacionais e institucionais, e não apenas de motivações individuais ou percepções abstratas sobre os benefícios da política. Elementos como infraestrutura técnica, suporte organizacional, capacitação das equipes e clareza normativa emergiram como determinantes centrais para o avanço da política de dados abertos no ensino superior.

Assim, o estudo consolida uma leitura informacional da adoção de DGA, articulando políticas de informação, governança de dados e capacidades organizacionais como condições indispensáveis ao fortalecimento da transparência ativa. Os achados mostram que a adoção qualificada dos DGA produz ganhos diretos de interesse público: amplia a transparência e o controle social (Lei de Acesso à Informação), reduz assimetrias entre gestão e sociedade, fortalece o direito de acesso à informação e cria condições favoráveis à pesquisa, inovação e jornalismo de dados.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

As diferenças observadas entre instituições com e sem PDA vigente, com melhores escores em Facilidade Percebida e em Capacitação e Suporte Institucional, indicam que planejamento, infraestrutura e formação não são apenas questões administrativas, mas condições estruturantes para o exercício da cidadania informacional no ensino superior público.

Do ponto de vista científico, a pesquisa refina o modelo UTAUT ao adaptá-lo ao setor público universitário. A estrutura fatorial de quatro dimensões encontrada, Expectativa de Desempenho (ED), Facilidade Percebida (FP), Capacitação e Suporte Institucional (CSI) e Influência Social (IS), sustentada por consistência interna elevada (α geral = 0,861), revela que a dimensão clássica de esforço se desdobra em componentes distintos no contexto das universidades. Esse ajuste conceitual é replicável em estudos futuros e oferece base para diagnósticos gerenciais e políticas de informação mais precisas.

A análise empírica demonstrou que a existência de PDA vigente, assim como a experiência prévia dos servidores com a temática, está associada à percepção de maior facilidade e suporte institucional. Tais evidências reforçam a necessidade de investimentos contínuos na qualificação dos profissionais, na institucionalização de práticas de gestão da informação e na consolidação de mecanismos internos que sustentem a abertura sistemática e articulada dos dados.

Em termos de implicações para a formulação de políticas públicas, os resultados apontam para a urgência de estratégias que não apenas normatizem, mas também operacionalizem a política de dados abertos nas instituições federais de ensino. Isso inclui o fortalecimento dos PDAs, o desenvolvimento de planos de capacitação técnica voltados para os responsáveis por sua execução e a criação de mecanismos internos de acompanhamento e avaliação da política.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui ao campo da Ciência da Informação ao adaptar e validar um modelo teórico robusto no contexto da administração pública universitária, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para futuras pesquisas sobre adoção de políticas de informação.

Ainda que os resultados devam ser interpretados considerando as limitações, os achados oferecem um quadro consistente e analiticamente relevante. Estudos futuros podem adotar amostras probabilísticas, delineamentos longitudinais e métodos mistos (incluindo estudos de caso e dados administrativos), bem como ampliar a análise para outras esferas da

administração pública, de modo a aprofundar a compreensão das dinâmicas institucionais que favorecem (ou limitam) a transparência e o acesso à informação via dados abertos.

Mais do que responder a uma demanda acadêmica, este estudo reafirma a relevância da ciência da informação na consolidação de uma cultura de transparência no setor público. Ao situar a universidade como espaço estratégico de inovação e cidadania informacional, a pesquisa reforça que a abertura de dados não se resume a um imperativo normativo, mas constitui um compromisso democrático de ampliar o acesso, o diálogo e a corresponsabilidade social na gestão pública.

REFERÊNCIAS

ALBANO, C. S.; CRAVEIRO, G. S. Lições aprendidas com a utilização de dados orçamentários em formato aberto: um estudo exploratório no ecossistema brasileiro. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 6, n. 3, p. 38–56, set./dez. 2015.

ALEIXO, D. V. B. S. **O estado de anomia dos dados no acesso aos dados governamentais abertos no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020.

BRASIL. Decreto nº 8.777, de 11 de Maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, 12 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

JANSSEN, M. *et al.* Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. **Information Systems Management (ISM)**, v. 29, n. 4, pp. 258-268, 2012.

OLIVEIRA, T.; FARIA, M. L.; LOPES, A. F. Adoption of digital government services: Examining the determinants of the UTAUT model. **Government Information Quarterly**, v. 38, n. 3, 2021.

OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. **Open Definition**. 2021. Disponível em <https://opendefinition.org/>. Acesso em 15 maio 2023.

VENKATESH, V. *et al.* User acceptance of Information Technology: toward a unified view. **MIS Quarterly**, v. 27, n.3, p. 425-478, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

WILLIAMS, M. D. *et al.* The unified theory of acceptance and use of technology (UTAUT): a literature review. **Journal of Enterprise Information Management**, v. 28, n. 3, p. 443–488, 2015.